



CÂMARA MUNICIPAL

Ata nº. 22/2013

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE,
REALIZADA EM 20.11.2013**

LOCAL:

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Resende.

CONSTITUIÇÃO DO EXECUTIVO:

PRESIDENTE:

Manuel Joaquim Garcez Trindade (PS);

VEREADORES:

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP);

Sandra Manuela Rodrigues Pinto (PS);

Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (PPD/PSD.CDS-PP);

Albano António Alves dos Santos (PS);

Anabela Ribeiro de Oliveira (PPD/PSD.CDS-PP);

Maria José Rodrigues Dias (PS);

HORA DE ABERTURA:

Eram 10h40 quando o senhor Presidente da Câmara deu início à reunião.

A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

Não se verificaram quaisquer intervenções;

B. PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:

B.1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR;

O senhor Presidente solicitou a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida.

Seguidamente, foi a referida ata colocada à discussão e sujeita a votação (na parte em que não tinha sido previamente aprovada em minuta), **tendo sido aprovada por unanimidade.**

B.2. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA;

A Câmara tomou conhecimento do Resumo Diário da Tesouraria nº221, datado de 14 de novembro de 2013, cuja dotação orçamental é de 109.207,95€ e dotação não orçamental é de 410.496,12€.

B.3. COMPETÊNCIA DELEGADA;

Não houve.



B.4. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA A AUTARQUIA; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Presidente da Câmara – Deu conhecimento aos senhores Vereadores das diligências entretanto efetuadas no que diz respeito aos temas “encerramento do Tribunal Judicial de Resende” e “encerramento do Serviço de Finanças de Resende”, designadamente a elaboração de uma carta dirigida à senhora Ministra da Justiça, encontrando-se ainda a aguardar a respetiva resposta, bem como a participação, em Lisboa, numa reunião na Ordem dos Advogados, conjuntamente com outros autarcas interessados também neste assunto, advogados e delegados da Ordem dos Advogados das respetivas comarcas envolvidas, onde se discutiu a intenção do Governo no encerramento de alguns Tribunais de Comarca, ficando todavia as propostas apresentadas nessa reunião condicionadas à realização das eleições dos novos titulares, quer para os órgãos da Ordem dos Advogados, quer para os da Associação Nacional de Municípios Portugueses, entidades que dentro de poucos dias terão atos eleitorais para esse fim. Informou que uma das propostas apresentadas e discutidas foi a possibilidade de uma jornada a ter lugar no dia 20 de dezembro, que consistirá numa manifestação popular, faltando ainda definir se será a nível nacional, distrital ou local, mas dando nota de que assim que existam novos desenvolvimentos e decisões, o executivo seria informado, bem como o senhor Presidente da Assembleia Municipal, a quem já solicitou o agendamento destes dois assuntos para a próxima sessão da Assembleia Municipal, para que também aí se discutam estes assuntos e eventualmente aquele órgão decida mandar o executivo municipal para a realização de iniciativas que na sua ótica possam contrariar a intenção do Governo. Deu ainda conhecimento da sua presença numa outra reunião, realizada em Coimbra, onde estiveram presentes os 47 Presidentes de Câmara dos municípios onde se prevê o encerramento dos Tribunais e também de alguns municípios onde se prevê a constituição de Secções de Proximidade, onde foi proposto e aceite por todos, a convocação de uma reunião com a senhora Ministra da Justiça, aguardando a sua realização, que estará obviamente dependente da disponibilidade de senhora Ministra da Justiça para o efeito. Quanto à questão da intenção de encerramento do Serviço de Finanças, apesar de oficialmente ainda não ter recebido qualquer comunicação ou informação que aponte nesse sentido, deu conhecimento da receção de uma convocatória para estar presente uma reunião, a realizar em Castelo de Paiva, no dia 26 do corrente mês, na qual conjuntamente com outros Autarcas será discutida pela primeira vez a intenção do Governo no encerramento de Serviços de Finanças, referindo que serão dadas posteriormente conhecimento, tanto ao órgão executivo como ao órgão deliberativo, as conclusões dessa reunião. Por último referiu que o executivo estará atento a estas situações e aos seus desenvolvimentos.-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Manifestou a concordância da sua bancada com as iniciativas realizadas, por iniciativa mais da Ordem dos Advogados, mas que no entanto, do ponto de vista da nossa autarquia e sabendo-se perfeitamente que nos dias que correm atos isolados não têm a eficácia que se pretende, temos de agir com os nossos parceiros e com



CÂMARA MUNICIPAL

aqueles que possam ajudar a atingir o objetivo que pretendemos. Questionou qual o conteúdo da carta dirigida à senhora Ministra e se existem novos argumentos que possibilitem dissuadir a intenção de encerramento do Tribunal de Resende, concluindo com a solicitação de uma cópia da mesma.-----

Presidente da Câmara – Esclareceu que os argumentos são os mesmos que já foram apresentados pelo executivo anterior, ou seja, o número de processos que ultrapassa largamente o mínimo exigido pelo Ministério da Justiça (de acordo com a informação prestada pela delegada da Ordem dos Advogados na Comarca de Resende e pelo próprio Secretário Judicial do Tribunal de Resende, este ano, só até ao mês de agosto, já existiam cerca de 620 ações pendentes), a falta de acessibilidades (que são complicadas, como todos sabem) e as próprias instalações que são propriedade do Ministério da Justiça, que não geram despesa com pagamento de rendas, que foram recentemente alvo de obras de requalificação e onde funcionam outros serviços públicos, como é o caso da Loja do Cidadão. Na sua opinião entende que esta situação nada tem a ver com atitudes circunstanciais mais sim com uma ação ideológica, pretendendo-se efetivamente acabar com estes serviços nos concelhos mais pequenos, como é o nosso caso e que este tipo de ação não é pontual mas sim contínuo, pois após o encerramento do Tribunal virá o encerramento do Serviço de Finanças, o encerramento dos Serviços da Segurança Social, do Centro de Saúde e por fim, com o objetivo de enfraquecer a sustentabilidade da Autarquia já alcançado, será desferido o “ataque final” para que o Governo consiga atingir o seu principal objetivo, que é o tal que acha ser ideológico, que é acabar com as autarquias e com o poder local. Como começar desde logo por este objetivo seria demasiado contestado, situação em que não estará interessado, o Governo optou por enfraquecer os municípios aos poucos, começando pelo encerramento de serviços públicos, com todas as consequências que daí advêm. Continua a entender que os argumentos apresentados pela autarquia têm legitimidade e são argumentos suficientes para a manutenção do serviço do Tribunal de Resende, contestando que este objetivo do Governo vise poupar dinheiro, dando também como exemplo o facto de cerca de 80% das ações que correm no Tribunal de Resende terem defensores oficiosos, onde é necessária a nomeação de um defensor pelo Estado, o que significa que se o Tribunal vier a ser encerrado as despesas inerentes às deslocações das testemunhas nestes processos para o local onde vier a ter lugar a sua audição ou julgamento serão suportadas pelo Estado. Terminou sugerindo que, em conjunto, sejam criadas e sugeridas iniciativas e ações para tentar travar a intenção do Governo no encerramento do Tribunal de Resende e de outros serviços públicos.-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Referiu que as preocupações da sua bancada são precisamente as mesmas. Quanto ao diagnóstico feito pelo senhor Presidente, disse que entende que em alguns pontos estará correto, mas noutros não, como é o caso da questão do esvaziamento do poder local. Em face do cenário existente entende que quem foi eleito para Presidente do Município deve traçar um plano para evitar o encerramento do Tribunal, até porque esta questão não constitui novidade nenhuma, pois a tentativa de encerrar o Tribunal já aconteceu há alguns anos atrás, ainda no tempo da Presidência do Dr. Brito de Matos, lembrando que nessa altura



CÂMARA MUNICIPAL

houve uma tomada de posição muito forte por parte da autarquia e que o então Presidente da Câmara insurgiu-se de uma forma muito dura contra esse encerramento, não podendo nós, agora, ir atrás daquilo que diz a Ordem dos Advogados, ainda para mais, sabendo-se que o seu atual Bastonário, Dr. Marinho Pinto, salvo o devido respeito democrático que tem, tem uma relação com a senhora Ministra que não é das melhores, como é do conhecimento público, o que nesta situação colocar o Dr. Marinho Pinto na linha da frente de uma luta que é nossa, será a mesma coisa que “tentar apagar o fogo com gasolina”. Disse que sem pretender ser indelicado ou tentar transparecer que quer ir mais longe do que isto, entende que o senhor Presidente tem de assumir o papel de Presidente de Câmara, tem que traçar uma estratégia que nos leve a que consigamos em conjunto, porque é essa a obrigação dos eleitos que aqui estão, evitar este cenário, que não será assim tão negro como o traçou, porque esse papel só pode ser desempenhado pela pessoa que foi eleita Presidente de Câmara. É necessário ter uma agenda, uma estratégia, estando o PPD/PSD.CDS-PP disponível para participar, mas nós temos de saber aquilo que a autarquia e o seu Presidente delineou para o efeito, porque enviar uma carta ou ir a uma reunião, do ponto de vista simbólico tem o valor que tem, mas do ponto de vista da eficácia há uns anos atrás fez-se algo, sendo isso que a sua bancada espera do Presidente de Câmara, ou seja, que trace esse plano com uma agenda devidamente estratificada, para poder esta autarquia atuar em concreto. Deu como exemplo a forma como a autarquia de Baião impediu o encerramento do seu Tribunal, cujas ações teve oportunidade de presenciar, onde para além do Presidente da Câmara, o Presidente da Associação Comercial, as forças vivas do concelho e a população, junto da Assembleia da República, demonstraram que o número de processos no seu Tribunal era muito superior àquele que era referido na lei, mas fizeram-no de uma forma muito concreta, que aliás parece que não foi muito do agrado da senhora Ministra da Justiça, todavia, cumpriram com a sua obrigação, defenderam aquilo que era seu e nós devíamos fazer o mesmo, estando a sua bancada disponível para ajudar no âmbito das suas possibilidades e desempenhando cada um o seu papel.-----

Presidente da Câmara – Respondeu que “é mais fácil falar do que fazer” e que pelo facto do senhor Vereador Jaime Alves não ter feito parte do executivo anterior provavelmente não saberá das várias ações que foram já realizadas, entre as quais uma manifestação em Lisboa onde o senhor Presidente da Câmara também esteve presente. Assumiu que lhe pretende efetivamente assumir a liderança destas questões e que já existe uma estratégia clara, sendo o nosso plano atuar em conformidade com aquilo que é decidido ao nível da ANMP, ou seja, apesar de podermos tomar iniciativas de natureza pessoal, entende que as ações conjuntas têm muito mais força do que as de carácter individual, apesar de para o senhor Vereador Jaime Alves dar muito mais jeito dizer o contrário, para tentar fazer passar a ideia de que o Presidente da Câmara não está a fazer nada para resolver a situação, o que sob o seu ponto de vista essa opinião não colhe, uma vez que sendo Presidente da Câmara apenas há cerca de um mês já efetuou diversas diligências tendo em vista a resolução deste problema. Quanto à questão do distanciamento das ações da autarquia em relação à Ordem dos Advogados num problema deste tipo, manifestou a sua discordância uma vez que este



CÂMARA MUNICIPAL

também é um problema que afeta os advogados, pelo que considera que a sua opinião também deve ser colhida, para além de que a sua prestimosa colaboração também reforçará a necessidade de o Governo rever a sua posição e o anteprojeto que tem em andamento. Acha que a preocupação do senhor Vereador Jaime Alves é mais com o Presidente da Câmara de Resende do que propriamente com a apresentação do anteprojeto pelo Governo, pelo que sugeriu que os representantes do PPD/PSD.CDS-PP deveriam eles próprios endereçar uma carta à senhora Ministra da Justiça a dizer-lhe que embora sendo apoiantes do seu partido, consideram inadmissível que seja tomada uma iniciativa deste tipo e que sendo os representantes dos mesmos partidos do Governo no concelho de Resende se encontram numa posição incómoda perante as pessoas que vos abordam e confrontam com o facto de defenderem este Governo que nos quer tirar tudo. O PPD/PSD.CDS-PP perante este cenário, taticamente alia-se às contestações promovidas pela autarquia e não obstante ainda as critica, o que não é um comportamento correto. A bancada do PPD/PSD.CDS-PP tem apenas como objetivo deixar no ar a ideia que o atual executivo e nomeadamente o seu Presidente não têm realizado qualquer ação, sendo que isso não corresponde a verdade. Por último referiu que irá dar continuidade ao processo já desenvolvido pelo anterior executivo e que é um processo de “luta” e que caso se concretize o encerramento do Tribunal de Resende, quer o Governo quer a bancada do PPD/PSD.CDS-PP irão ser confrontados não só por si mas também por toda a população.-----

Maria José Rodrigues Dias (PS) – Alertou para o facto de que o PPD/PSD.CDS-PP de Resende tem vindo a utilizar redes sociais para transmitir ideias que não são as mais corretas e que por vezes não correspondem à verdade, nomeadamente no que diz respeito à inércia do atual executivo em relação ao encerramento do Tribunal, nada referindo ao facto de aquela bancada também não ter apresentado qualquer proposta em relação a esse assunto. Lembrou que em reunião anterior do executivo foi dito que esta seria uma oposição “construtiva” mas que até ao presente momento não foi apresentada qualquer proposta em relação à questão do encerramento do Tribunal.-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Referiu que no decorrer da campanha eleitoral foi dito por diversas vezes, de uma forma demagógica, que na eventualidade da coligação PPD/PSD.CDS-PP ganhar “Resende, iria perder tudo”. Relativamente à Assembleia Municipal, questionou o senhor Presidente se este espera que seja a Assembleia Municipal a indicar qual o caminho a seguir. Quanto à solicitação do senhor Presidente para que a sua bancada apresente ideias ou propostas, reafirmou que cabe ao senhor Presidente assumir o seu estatuto e as responsabilidades da sua função, que é insubstituível, não sendo função da oposição delinear estratégias. A bancada do PPD/PSD.CDS-PP é favorável à continuação do funcionamento do Tribunal em Resende, independentemente da cor política do Governo, manifestando toda a disponibilidade para encetar iniciativas que permitam essa continuação. Relativamente à ideologia política defendida pela coligação presente neste executivo, referiu que apesar de ser a mesma que se encontra na governação do País, não podem nem irão jamais concordar com o encerramento do Tribunal de Resende, uma vez que nem todas as ideias políticas do Governo colhem a sua concordância.-----

Presidente da Câmara – Desafiou a oposição a apresentar propostas concretas e referiu que



CÂMARA MUNICIPAL

todo o discurso proferido pelo Dr. Jaime Alves, não passa disso mesmo, uma vez que este apenas está a desempenhar o seu papel de oposição, contestando tudo e qualquer tomada de posição do Presidente da Câmara.-----

Albano António Alves dos Santos (PS) – Deu nota de que este executivo que agora governa o Município, já realizou diversas ações em relação ao assunto em discussão, referindo a sua concordância com o proferido pelo senhor Vereador Dr. Jaime Alves quando este referiu que “atos isolados valiam pouco” e que o objetivo da continuação do funcionamento do Tribunal de Resende era um objetivo comum a todos. Pena é que passados uns minutos diga precisamente o contrário. Considera que não é a constante contestação a todas as ações desenvolvidas pelo senhor Presidente da Câmara, quer individualmente ou em conjunto com outros Municípios também afetados e com outras Entidades, a melhor forma para atingir esses objetivos. O papel inerente ao Presidente de Câmara está neste momento a ser desempenhado e com todas as suas responsabilidades, sendo que o papel dos Vereadores será um papel de apoio e de colaboração, não de contestação, pois como todos reconhecem a defesa do Tribunal é um objetivo comum a todos nós, não devendo, por isso, a bancada do PPD/PSD.CDS-PP vir aqui dizer que nada tem a ver com isto e acusar de que em campanha foram ditas coisas que não correspondem à verdade, esclarecendo que o discurso utilizado em campanha eleitoral não foi o referido mas sim que “...tínhamos na oposição pessoas que pertenciam ao mesmo partido que quer encerrar serviços”. Por fim deu nota que aquando da governação do Partido Socialista o concelho de Resende sempre e apenas ganhou, nunca perdeu, algo que neste momento está na eminência de acontecer.-----

C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”:-----

C.1. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente a lista contendo assuntos para conhecimento do executivo.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Foi tomado conhecimento.-----

C.2. SANDRA CRISTINA TAMBORINO LOPES – DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO DE OBRAS Nº59/2010;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a declaração de caducidade do processo nos termos do nº5 do artigo 71º do RJUE, uma vez que o prazo de validade da licença terminou e a obra não foi concluída. Em sede de audiência prévia o requerente não se pronunciou.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos das informações dos serviços.**-----



CÂMARA MUNICIPAL

C.3. PLANO ANUAL DE FEIRAS – 2014 – PROPOSTA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, propondo que seja aprovado o mapa de feiras do Concelho de Resende, referente ao ano de 2014;-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos das informações dos serviços.**-----e

C.4. JUNTA DE FREGUESIA DE BARRÔ – CONSTRUÇÃO DE CASA MORTUÁRIA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a emissão de parecer favorável relativo à construção da casa Mortuária, em Barrô. Os serviços da DOPU informaram favoravelmente.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Questionou o porquê de só agora este parecer ser solicitado, manifestando estranheza pelo facto de este acontecer já com obra iniciada.-----

Presidente da Câmara – Esclareceu tratar-se apenas de uma questão técnica e que o parecer apenas agora foi solicitado.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, emitir parecer favorável nos termos das informações dos serviços.**-----

C.5. PEDIDO DE CERTIDÃO DE AUTORIZAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – TEIXEIRA LENTO – ADVOGADO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, um requerimento de Teixeira Lento, Advogado, a requerer que seja certificado que não existe qualquer inconveniente em que se celebre escritura de constituição de aumento de comproprietários de ½ a favor de Maria de Fátima Ribeiro de Almeida Duarte, dos prédios rústicos, inscritos nas respetivas matrizes sob os artigos 530º, 531º e 539º, descritos na Conservatória do Registo Predial de Resende sob o nº309, sitos na freguesia de S. Martinho de Mouros, concelho de Resende. Os serviços da DOPU informaram favoravelmente.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções:-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos das informações dos serviços.**

C.6. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS – PROPOSTA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, propondo que a percentagem de IRS a receber em 2014 pretendida pelo Município seja fixada nos 0% (5% como dedução à coleta do IRS a favor dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho) e que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal. -----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----



CÂMARA MUNICIPAL

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar e remeter à Assembleia Municipal.**-----

C.7. DERRAMA - PROPOSTA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, propondo para o ano de 2014 a derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e isentar de derrama os sujeitos passivos com o volume de negócios do ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€ e que a mesma seja remetida a Assembleia Municipal.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar e remeter à Assembleia Municipal.**-----

C.8. FIXAÇÃO DE TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – PROPOSTA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, propondo que seja aprovada a fixação das seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2014 e solicitar a aprovação da Assembleia Municipal: Prédios rústicos - 0,8%, nos termos do estipulado pelo artigo 112º, nº1, alínea a) do CIMI; Prédios urbanos - 0,8%, nos termos do estipulado pelo artigo 112º, nº1, alínea b) do CIMI; Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI - 0,5%, nos termos do estipulado pelo artigo 112º. nº1, alínea c) do CIMI.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Questionou o aumento do Imposto Municipal sobre Imóveis, solicitando esclarecimentos adicionais relativos a esse mesmo aumento, designadamente o verificado nos Prédios urbanos de 0,6% para 0,8% e nos Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI de 0,4% para 0,5%.-----

Presidente da Câmara – Esclareceu ser uma medida compensatória que visa essencialmente atenuar a diminuição das receitas transferidas pelo Governo que se destinam aos Municípios.-----

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Referiu que em termos concretos estamos aqui a falar de quem por exemplo tiver uma casa avaliada em 100.000,00€ e pagou no ano passado 400,00€, com este aumento de imposto pagará 500,00€. Questionou se este aumento de impostos faz parte da estratégia de fixação de pessoas no concelho. Concluiu dizendo que à boa maneira socialista, em ano de eleições baixaram o imposto (indo aliás de encontro a uma proposta do PSD apresentada na altura) e que ganhas as eleições, aumenta-se o imposto.-----

Maria José Rodrigues Dias (PS) – Manifestou a sua estranheza pela não existência de qualquer intervenção da bancada do PPD/PSD.CDS-PP em relação ao ponto anterior relativamente ao IRS, uma vez que a proposta resulta em benefício da população.-----

Presidente da Câmara – Deu nota de que não deixa de ser incongruente o facto de os



CÂMARA MUNICIPAL

Vereadores da oposição apoiarem um Governo constituído pelos mesmos partidos que aqui representam e depois vêm para aqui defender outras coisas, pois se repararem nas declarações do senhor Ministro Poiares Maduro sobre o IMI, vão perceber que foi o próprio Governo que sugeriu aos municípios que para compensarem os cortes nas transferências do Estado, atuassem sobre as taxas do IMI no sentido de compensarem de alguma forma o referido corte. Esclareceu também que a Câmara Municipal não poderá servir de “almofada” para tudo e que se deve manter alguma segurança e sustentabilidade em termos financeiros para assegurar o desenvolvimento das atividades normais da Autarquia. Deu conhecimento do valor resultante do corte das transferências do orçamento de Estado para o Município nos últimos quatro anos, o qual, tendo o ano de 2010 como base, se situa em cerca de 3.500.000,00€, reforçando, mais uma vez, que esta medida visa essencialmente atenuar a diminuição das receitas resultantes das transferências do Orçamento de Estado e não onerar pura e simplesmente a população, pois se assim fosse, não teríamos abdicado a seu favor da taxa de 5% do IRS nem mantido a derrama. Por último esclareceu que, contrariamente ao afirmado pelo senhor Vereador Jaime Alves, o aumento nos Prédios urbanos não foi de 0,6% para 0,8%, mas sim de 0,7% para 0,8%.-----

Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (PPD/PSD.CDS-PP) – Relativamente ao assunto em discussão referiu que o Partido Social Democrata sempre defendeu e propôs a taxa de IMI em valores intermédios. Recordou que foi com agrado que no ano passado a proposta apresentada vinha no sentido e de acordo com o defendido pelo PSD pelo que à data foi votado favoravelmente. Manifestou o seu desagrado pela proposta agora apresentada, referindo que a anterior tinha sido apenas “fogo de vista” pois dá a sensação que foi apresentada apenas por motivo eleitoral. Entende que a captação de pessoas para o concelho de Resende passa também por delinear políticas, não pontuais, mas sim um conjunto de políticas conjugadas que possibilite às pessoas sentir vontade em fixar-se em Resende, sendo certo que a questão do IMI é uma delas, pois o montante de imposto a pagar também interessa às famílias. Frisou também o facto da maioria dos prédios já estarem avaliados de acordo com o Código do IMI, o que vai implicar uma maior receita para a Câmara, cuja estimativa aliás gostaria de conhecer. Relativamente ao proferido pelo senhor Presidente e no que diz respeito à perda de transferências do Orçamento de Estado, referiu que no ano de 2010 e 2011 o Governo era do PS. Por último e relativamente ao sugerido pelo senhor Ministro Poiares Maduro, disse que este aumento é uma opção das Câmaras Municipais e não uma obrigação, pelo que não concorda com o aumento deste imposto.-----

Presidente da Câmara – Esclareceu que o que está previsto em termos de diminuição das transferências do Estado de 2013 para 2014 são cerca de 170.000,00€, sendo que o que a autarquia vai encaixar com o aumento do IMI será à volta de 74.000,00€. Quanto ao caso do IRS, em que a autarquia abdica de 5% a favor dos munícipes, referiu que se trata de uma percentagem que significa um benefício de cerca de 115.000,00€ a favor da população contributiva do concelho de Resende, pelo que é natural que exista aqui, portanto, um equilíbrio que deve ser assegurado por parte de quem gere.-----



CÂMARA MUNICIPAL

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD.CDS-PP) – Relativamente ao aumento proposto para o IMI e ao valor que este implica, deu como exemplo uma alternativa ao mesmo, que foi o valor gasto pela Autarquia com a publicação e distribuição da Revista Municipal em véspera de eleições, o qual será equivalente, sugerindo que sejam efetuados cortes noutras rubricas do Município, nomeadamente nesse tipo de publicidade e que se dê um maior destaque a este incentivo à compra de habitação, mantendo-se as taxas no valor atual e que pelo exposto apresentava a seguinte contraproposta: Prédios urbanos - 0,6%, nos termos do estipulado pelo artigo 112º, nº1, alínea b) do CIMI; Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI - 0,4%, nos termos do estipulado pelo artigo 112º, nº1, alínea c) do CIMI.-----

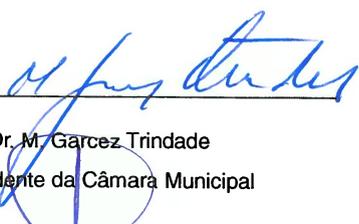
Albano António Alves dos Santos (PS) – Com referência à intervenção do senhor Vereador Dr. Jaime Alves, mais concretamente quando referiu a baixa de impostos, por parte do Partido Socialista, em vésperas de eleições, lembrou que devemos sempre ter cuidado com aquilo que dizemos, pois em matéria daquilo que se diz em véspera de eleições, o Partido Social Democrata também não serve de exemplo, sugerindo que ouvisse as afirmações que foram proferidas pelo atual Primeiro Ministro no decorrer da campanha eleitoral para a realização das Eleições Legislativas e as compare com o que está a acontecer presentemente ao País, concluindo que em politica “não vale tudo”.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (3 votos contra do PPD/PSD.CDS-PP), aprovar e remeter à Assembleia Municipal a proposta do Senhor Presidente da Câmara e igualmente por maioria (4 votos contra do PS), reprovar a contraproposta do Senhor Vereador Jaime António Bernardino Alves.**-----

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Câmara propôs a aprovação em minuta de todos os assuntos submetidos a decisão do órgão, **o que foi aprovado por unanimidade**, e deu por encerrada a reunião, eram 12h20. -----

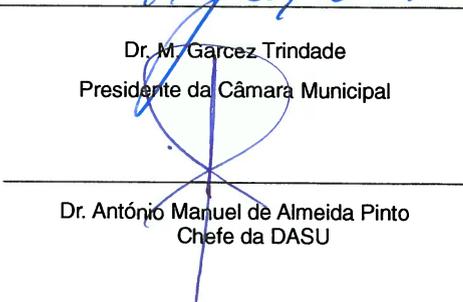
Os documentos que servem de suporte às deliberações tomadas encontram-se arquivados digitalmente no sistema de gestão documental IportalDoc, com réplicas no servidor, na partilha Atas, pasta Câmara Municipal, subpasta Ano 2013.-----

E eu, António Manuel de Almeida Pinto, Chefe da Divisão Administrativa e de Serviços Urbanos, a redigi e subscrevo. -----



Dr. M. Garcez Trindade

Presidente da Câmara Municipal



Dr. António Manuel de Almeida Pinto
Chefe da DASU